

RESOLUÇÃO Nº 08, DE 13 DE ABRIL DE 2018.

**“DISPÕE SOBRE REGIME
DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS”**

A **Assembleia Geral Extraordinária** aprovou, em reunião do dia **13 de abril de 2018**, e eu, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP, sanciono a seguinte Resolução:

Artigo 1º Para os fins desta Resolução, considera-se, servidor público, todos aqueles que mantêm vínculo de trabalho profissional com os órgãos e entidades governamentais, integrados em cargos ou empregos públicos de qualquer delas: União, estados, Distrito Federal, municípios e suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Parágrafo Único: Aos empregados públicos do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista aplicar-se-á esta Resolução no que tange ao Regime Disciplinar e suas sanções.

DOS DEVERES

Artigo 2º - São deveres dos servidores públicos:

- I — exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo ou emprego público;
- II — ser leal às instituições a que servir;
- III — observar as normas legais e regulamentares;
- IV — cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestadamente ilegais;
- V — atender com presteza:
 - a) ao público em geral, prestando informações requeridas ressalvadas as protegidas por sigilo;

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

- b) à expedição de certidão requeridas para defesa de direitos ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;
- c) às requisições para a defesa do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista;

VI — levar ao conhecimento da autoridade superior a (s) irregularidade (s) de que tiver ciência em razão do cargo;

VII — zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;

VIII — guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

IX — manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X — ser assíduo e pontual ao serviço;

XI — tratar com urbanidade as pessoas;

XII — representar contra a ilegalidade, ou abuso de poder;

XIII — comunicar à administração sempre que houver a mudança de endereço residencial.

Parágrafo Único — A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica, obrigatoriamente apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada assegurando-se ao representado o direito de defesa.

DAS PROIBIÇÕES

Artigo 3º Ao servidor é proibido:

I — ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II — retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III — recusar fê à documentação pública;

IV — opor resistência injustificada a andamento de documento e processo ou execução de serviço;

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

V — promover manifestação de apreço ou de despreço no recinto da repartição;

VI — referir-se de modo depreciativo, ou desrespeitoso às autoridades públicas, à entidade ou aos atos do poder público mediante manifestação escrita ou oral podendo porém, criticar ato do poder público, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço em trabalho assinado;

VII — cometer a pessoa estranha à repartição fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VIII — compelir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação a associação profissional, sindical ou partido político;

IX — manter sob sua chefia imediata cônjuge companheiro ou parente até o segundo grau civil;

X — valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento de dignidade da função pública;

XI — participar da gerência ou de administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o CIOP, exceto se a transação for procedida de licitação;

XII — atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas municipais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até segundo grau e de cônjuge ou companheiro;

XIII — receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie em razão de suas atribuições;

XIV — praticar usuras sob qualquer de suas formas;

XV — proceder de forma desidiosa;

XVI — utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVII — cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa exceto em situação transitória de emergência;

XVIII — exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

quando solicitado.

DAS RESPONSABILIDADES

Artigo 4º O servidor responde, civil, penal e administrativamente, pelo exercício irregular de suas atribuições.

Artigo 5º A responsabilidade civil decorre do ato omissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

Parágrafo 1º — A indenização de prejuízo doloso causado no erário será líquida, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

Parágrafo 2º — Tratando-se de dano causado a terceiros responderá o servidor perante o CIOP em ação regressiva.

Parágrafo 3º — A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite da herança recebida.

Artigo 6º A responsabilidade penal abrange os crimes de contravenções penais imputadas ao servidor nessa qualidade.

Artigo 7º A responsabilidade Administrativa resulta do ato omissivo praticado no desempenho de cargo ou função.

Artigo 8º As sanções civis, penais e administrativas poderão acumular-se sendo independentes entre si.

Artigo 9º A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

DAS PENALIDADES

Artigo 10) São penalidades disciplinares:

- I - Advertência;
- II - Suspensão;
- III - Demissão;
- IV - Destituição de cargo em comissão.
- V - Destituição da função comissionada.

Artigo 11) Na aplicação das penalidades considerada a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provirem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e atenuantes e os antecedentes funcionais.

Artigo 12) A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do Artigo 3º, inciso I a IX e XIX, e de inobservância de dever funcional, previsto em Lei, regulamento ou norma interna, que não justifica imposição de penalidades mais grave.

Artigo 13) A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com a advertência, e de violação das demais proibições que não identifiquem infração sujeita a penalidades de demissão, não podendo exceder a 30(trinta) dias.

Parágrafo 1º — Será punido com suspensão de até 15(quinze) dias o servidor que injustamente recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade, cessando os efeitos de penalidades uma vez cumprido determinação.

Artigo 14) As penalidades de advertência e de suspensão terão registros cancelados após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver nesse período praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo Único — O cancelamento da penalidade não surtirá efeito retroativo.

Artigo 15) A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I — crime contra a administração Pública;
- II — abandono de cargo;
- III — inassiduidade habitual;
- IV — improbidade administrativa;
- V — incontinência pública, conduta escandalosa ou mau procedimento;
- VI — ato de indisciplina ou de insubordinação em serviço;
- VII — ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa ou defesa de outrem;
- VIII — aplicação irregular de dinheiros públicos;
- IX — corrupção;
- X - revelação de segredo apropriado em razão do cargo;
- XI — lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
- XII — acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
- XIII — transgressão do Artigo 3º, incisos X a XVI.

Artigo 16) Verificada, em processo disciplinar, a acumulação proibida, o servidor optará por um dos cargos.

Parágrafo Único — Sendo um dos cargos, emprego ou função exercido em outro órgão ou entidade, a demissão lhe será comunicada.

Artigo 17) Configura abandono de cargos, a ausência intencional ao serviço por 30 (trinta) dias consecutivos.

Artigo 18) Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço sem causa justificada por 60 (sessenta) dias interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Artigo 19) O ato de imposição de penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Artigo 20) As penalidades serão aplicadas pelo Presidente do CIOP;

Parágrafo 1º: Do julgamento do Presidente caberá Recurso Administrativo, no prazo de 5(cinco) dias, contados a partir do dia seguinte a data da publicação do julgamento em jornal de circulação regional ou da ciência do julgamento pelo servidor infrator, sendo suas razões endereçadas ao Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal.

Parágrafo 2º: O Recurso Administrativo será analisado e julgado por três membros do Conselho Diretor, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a partir do seu recebimento, sendo seu julgamento publicado em jornal de circulação regional, não cabendo mais recurso.

Parágrafo 3º: Não caberá Recurso Administrativo do julgamento da defesa preliminar, bem como do julgamento dos membros do Conselho Diretor do CIOP.

Artigo 21) A ação disciplinar prescreverá:

- I — em 5(cinco) anos, quando às infrações puníveis com demissão e destituição de cargo em comissão;
- II — em 2(dois) anos, quando à suspensão;
- III — em 180(cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

Parágrafo 1º — O prazo de prescrição começa a decorrer da data em que o fato se tornou conhecimento.

Parágrafo 2º — Os prazos de prescrição previstos na Lei Penal aplicam-se às infrações disciplinares capitulares também como crime.

Parágrafo 3º — A abertura de sindicância ou instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição até a decisão final proferida por autoridade competente.

Parágrafo 4º — Interrompido o curso de prescrição, esse recomeçará a correr pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a

interrupção.

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 22) As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração desde que contenham identificação do denunciante e sejam formulados por escrito, confirmada a autenticidade e encaminhada ao Diretor Executivo.

Parágrafo Único — Quando o fato narrante não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

Artigo 23) Como medida cautelar, o servidor poderá ser afastado do exercício do cargo pelo prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo 1º: O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

Parágrafo 2º: O afastamento será ordenado pelo membro (s) designado (s), que deverá (ão) fundamentar o (s) motivo (s) do afastamento, entregando cópia da decisão ao servidor investigado e ao setor de Recursos Humanos para registro e providências necessárias.

Artigo 24) Sempre que a infração estiver capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público.

Artigo 25) Será sempre assegurado ao servidor vista do processo administrativo na repartição, não sendo permitido fazer carga dos autos.

Artigo 26) O servidor que responde a processo administrativo só poderá ser exonerado a pedido após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade acaso aplicada.

Artigo 27) Serão assegurados transporte e diárias:

I - Ao servidor do CIOP convocado para prestar depoimento;

II - Aos membros da comissão e do secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para realização de missão de esclarecimentos dos fatos.

DA SINDICÂNCIA

Artigo 28) Da sindicância poderá resultar:

- I — arquivamento do processo;
- II — aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;
- III — Instauração de processo disciplinar.

Artigo 29) A Sindicância é o instrumento destinado a obter informações e esclarecimentos necessários à elucidação dos fatos, de forma a permitir à autoridade competente concluir sobre as medidas disciplinares aplicáveis ao caso.

Artigo 30) A Sindicância pode ser iniciada com ou sem Sindicado, bastando que haja indícios de falta a apurar.

Parágrafo 1º: Será instaurada por portaria do presidente do CIOP, com a publicação do ato ou determinado seu sigilo, podendo realizar-se por um ou mais servidores designados em portaria.

Parágrafo 2º: Não poderá (ão) participar de sindicância, cônjuge, companheiro ou parente do Sindicado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Parágrafo 3º: Quando determinado sigilo, havendo Sindicado, só este poderá ter acesso aos autos, ou seu defensor legalmente constituído.

Artigo 31) Concluída as apurações e, havendo elementos suficientes à aplicação de penalidade, será intimado o Sindicato por mandado, podendo ser via aviso de recebimento, para apresentar defesa escrita no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único: Na defesa poderá o Sindicato arrolar testemunhas, no máximo de 3 (três), e requerer a juntada de documentos.

Artigo 32) Não havendo mais provas a serem produzidas, o (s) servidor (s) designado (s) emitirá relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para firmar a sua convicção.

Artigo 33) A Sindicância, com o relatório, serão remetidos ao Presidente do CIOP que, no prazo de 30 dias, proferirá o julgamento e encaminhará para publicação em jornal de circulação regional, que poderá ser na forma de extrato.

Parágrafo 1º: O julgamento se baseará no relatório, salvo quando contrário às provas dos autos, podendo o julgador, majorar ou diminuir a penalidade proposta, ou isentar o servidor de responsabilidade.

Parágrafo 2º: Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de demissão, ou ainda destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Artigo 34) Achando-se o Sindicato em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação, para apresentar a defesa escrita.

Parágrafo Único — Na hipótese deste artigo, o prazo para a defesa será de 10 (dez) dias a partir da publicação do edital.

Artigo 35) Considerar-se-á revel o Sindicato que regularmente citado não apresentar defesa no prazo legal.

Parágrafo 1º — A revelia será declarada por termo nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

Parágrafo 2º — Para defender o acusado revel o servidor responsável pelas apurações designará um servidor de nível igual ou superior ao

do acusado.

Artigo 36) O prazo para a conclusão da sindicância não excederá 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato de instauração ou, correndo os autos em sigilo, da data da instalação, admitida sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

DO PROCESSO DISCIPLINAR

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIA

Artigo 37) O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar as responsabilidades do servidor por infração praticada no exercício de suas funções/atribuições, ou que se encontra investido.

Artigo 38) O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 03(três) servidores, designados pelo Presidente do CIOP que indicará entre eles, seu presidente.

Parágrafo 1º — A comissão terá como secretário um servidor designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

Parágrafo 2º — Não poderá participar de comissão de processo disciplinar, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Artigo 39) A comissão processante exercerá suas atividades com independência e imparcialidade.

Artigo 40) O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I — instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;

II – defesa preliminar;

II — instrução, defesa e relatório;

III — julgamento.

Parágrafo 1º: O processo disciplinar deixará de ser publicado quando o ato de instauração determinar seu sigilo.

Parágrafo 2º: Quando determinado sigilo, somente o Acusado poderá ter acesso aos autos, ou seu defensor legalmente constituído.

Artigo 41) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão ou, correndo os autos em sigilo, da data da instalação da comissão, admitida sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Parágrafo 1º — Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral nos seus trabalhos

Parágrafo 2º — As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

DA DEFESA PRELIMINAR

Artigo 42) O acusado será citado por mandado, podendo ser via aviso de recebimento, pelo Presidente da comissão para apresentar defesa preliminar, no prazo de 10(dez) dias.

Parágrafo 1º: o mandado de citação deverá conter, no mínimo, o nome completo do acusado, breve narrativa da (s) irregularidade (s), qual (is) o (s) dispositivo (s) presente (s) nesta resolução que foi (ram) violado (s), o prazo para apresentação da defesa preliminar, endereço para protocolo e assinatura do Presidente da comissão.

Parágrafo 2º: A comissão analisará a defesa preliminar e decidirá se é caso de absolvição sumária do acusado ou pelo prosseguimento dos autos.

Parágrafo 3º: Sendo acolhida a defesa preliminar, a comissão, através de relatório minucioso, encaminhará os autos ao Presidente do CIOP que julgará o processo no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo 4º: No julgamento poderá o Presidente do CIOP manter a absolvição ou determinar o prosseguimento do processo disciplinar.

Parágrafo 5º: Do julgamento da defesa preliminar não caberá

recurso administrativo.

Artigo 43) Achando-se o acusado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação, para apresentar a defesa preliminar.

Parágrafo Único — Na hipótese deste artigo, o prazo para a defesa será de 15 (quinze) dias a partir da publicação do edital.

Artigo 44) Considerar-se-á revel o acusado que regularmente citado não apresentar defesa no prazo legal.

Parágrafo 1º — A revelia será declarada por termo nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

Parágrafo 2º — Para defender o acusado revel o Presidente da Comissão Processante designará um servidor de nível igual ou superior ao do acusado.

DA INSTRUÇÃO, DEFESA E RELATÓRIO

Artigo 45) O Processo Disciplinar observará o princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com utilização dos meios e recursos previstos nesta Resolução.

Artigo 46) Os autos de sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Artigo 47) Na fase de instrução, a comissão promoverá a tomada de depoimento, acareações, diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo quando necessário, a técnicos e perito, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Artigo 48) É assegurado ao acusado o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas, por requisitos, quando se tratar de provas pericial.

Parágrafo 1º — O presidente da comissão poderá denegar

pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Parágrafo 2º — Será indeferido o pedido de provas periciais, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

Artigo 49) As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, podendo ser via aviso de recebimento, devendo a segunda via, com a assinatura de recebimento, ser anexada aos autos.

Parágrafo 1º - O mandado deverá conter que é de responsabilidade da testemunha convocada a prestar depoimento comunicar seu chefe imediato como indicação de dia e hora marcados para a inquirição designada, bem como que justifique o motivo que a impeça de comparecer em audiência, devendo ser cientificada que o não comparecimento em audiência designada poderá responder por crime de desobediência.

Parágrafo 2º - Será dispensada a intimação da testemunha de defesa por mandado na hipótese do acusado firmar o compromisso de levá-la para a audiência, bastando, para tanto, que a comissão certifique nos autos o compromisso assumido.

Artigo 50) O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

Parágrafo 1º - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

Parágrafo 2º - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, procede-se à acareação entre os depoentes.

Artigo 51) Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observado os procedimentos previsto nos Artigos 50 e 51.

Parágrafo 1º - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e se divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida acareação entre eles.

Parágrafo 2º - O Procurador do acusado poderá assistir, ao

interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas facultando-lhe, porém, reinquirir-las por intermédio do Presidente da Comissão.

Artigo 52) Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica da qual participe pelo menos um psiquiatra.

Parágrafo Único - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal.

Artigo 53) Após o interrogatório, o acusado sairá intimado da audiência de instrução para apresentar defesa escrita, na forma de alegações finais, no prazo de 10(dez) dias, assegurando-lhe vista do processo na repartição.

Parágrafo 2º - Havendo 2(dois) ou mais acusados o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

Parágrafo 3º - O prazo de defesa será prorrogado pelo dobro para diligência reputada indispensáveis.

Artigo 54) Acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar a comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Artigo 55) Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para firmar a sua convicção.

Parágrafo 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto a inocência ou à responsabilidade do acusado.

Parágrafo 2º - Reconhecida a responsabilidade do acusado, a comissão indicará o dispositivo legal transgredido bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Artigo 56) O processo disciplinar, com o relatório da comissão, serão remetidos ao Presidente do CIOP para preferir julgamento.

DO JULGAMENTO

Artigo 57) No prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do processo, o Presidente do CIOP proferirá a sua decisão e encaminhará para publicação em jornal de circulação regional o julgamento, que poderá ser na forma de extrato.

Artigo 58) O julgamento se baseará no relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos, podendo o julgador majorar ou diminuir a penalidade proposta, ou isentar o acusado de responsabilidade.

Artigo 59) Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo disciplinar, devendo ser constituída outra comissão para instauração de novo processo.

Parágrafo 1º - O julgamento fora do prazo legal não implicará em novo processo.

Parágrafo 2º - A autoridade que der causa a prescrição de que trata o Artigo 22, será responsabilizada na forma da Lei.

Artigo 60) Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

DA REVISÃO

Artigo 61) A sindicância e o processo disciplinar poderão ser revistos a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

Parágrafo 1º — Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão.

Parágrafo 2º — No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo curador.

Artigo 62) No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Artigo 63) A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão a quaisquer elementos novos, ainda não apreciados no processo obrigatório.

Artigo 64) O requerimento da revisão da sindicância ou do processo disciplinar será dirigido ao Presidente do CIOP.

Parágrafo Único - Recebida a petição, o Presidente do CIOP, após a análise dos fundamentos do pedido de revisão, não sendo caso de indeferimento do requerimento com base no artigo anterior, designará a constituição de comissão, indicando dentre os membros, um presidente.

Artigo 65) A revisão ocorrerá em apenso ao processo originário.

Artigo 66) A comissão terá até 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por igual prazo se as circunstâncias o exigirem.

Artigo 67) O julgamento caberá ao Presidente do CIOP, de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento do processo.

Artigo 68) Julgada procedente a revisão será declarada sem efeito a penalidade, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação e destituição de cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo Primeiro - Da revisão de processo não poderá resultar agravamento da penalidade.

Parágrafo Segundo – Do julgamento caberá Recurso Administrativo na forma do artigo 20 e seguintes desta resolução.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Artigo 69) Os efeitos desta Resolução não alcança as sindicâncias e processos disciplinares já em curso, ou seja, os processos administrativos cuja portaria de instauração já tenha sido publicada.

Artigo 70) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução 018, de 04 de dezembro de 2015.

Presidente Prudente/SP, 13 de abril de 2018.

AILTON CESAR HERLING
Presidente – CIOP